

O PAPEL DO SEBRAE COMO MEDIADOR DO ESTADO NA PRÁTICA EMPREENDEDORA: UMA ANÁLISE CRÍTICA

THE ROLE OF SEBRAE AS A STATE MEDIATOR IN ENTREPRENEURIAL PRACTICE: A CRITICAL ANALYSIS

Mayara Carla Marques ^[0000-0002-5001-2195]
Janaynna de Moura Ferraz ^{1[0000-0003-3668-4195]}

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
mayaracarlamarques@gmail.com, janaynna.ferraz@ufrn.br

Resumo. A pretensão deste trabalho foi perscrutar e expor o movimento do Estado alinhado aos interesses do capital relacionado ao empreendedorismo e as formas de estímulo a este. Para tanto, o objetivo geral foi realizar o enfrentamento da atuação do SEBRAE, entidade de maior destaque no Brasil no que se refere ao empreendedorismo, enquanto braço do Estado subsumido ao capital. A execução desta pesquisa fundamenta-se no método do materialismo histórico-dialético. A abordagem trabalhada foi a qualitativa, utilizando-se da análise documental e dados coletados fundamentalmente dos relatórios de atuação do SEBRAE. Os resultados apontam para a contradição entre os objetivos institucionais que envolvem emprego e renda através do empreendedorismo, mas que não se efetivam.

Palavras-chave: Empreendedorismo, Crítica, Sebrae, Prática Empreendedora.

Abstract. This work sought to examine and expose the movement of the State aligned with the interests of capital in relation to entrepreneurship and the forms through which it is stimulated. The general objective was to confront the role of SEBRAE, the most prominent entity in Brazil regarding entrepreneurship, as an arm of the State subsumed under capital. The research is grounded in the method of historical-dialectical materialism. A qualitative approach was adopted, using documentary analysis and data collected mainly from SEBRAE activity reports. The results point to a contradiction between institutional objectives involving employment and income through entrepreneurship and their failure to become effective.

Keywords: Entrepreneurship; Critique; Sebrae; Entrepreneurial practice

Introdução. A pretensão deste trabalho foi perscrutar e expor o movimento do Estado alinhado aos interesses do capital relacionado ao empreendedorismo e as formas de estímulo a este. Dentre as formas de atuação do Estado referente à temática, estão as políticas públicas com ênfase no empreendedorismo e para as Micro e Pequenas Empresas (PME). Cabe ressaltar que há uma diferença entre políticas públicas voltadas para o empreendedorismo e políticas públicas com ênfase em PME, como colocado em Henrekson e Stenkula (2009) e Sarfati (2013).

As políticas voltadas ao empreendedorismo buscam atingir o indivíduo empreendedor com potencial inovador e de geração de impacto no crescimento econômico, que move a economia

para produtos e serviços com maior valor agregado. Relaciona-se, aparentemente, com a individualidade, a subjetividade.

Por outro lado, as políticas voltadas para PME seriam difusoras de um estilo de vida empreendedor e podem ser embasadas em diversos motivos, como por exemplo e em escala macroeconômica, a geração de emprego ou com efeitos colaterais microeconômicos de economia de escalas (Henrekson; Stenkula, 2009; Sarfati, 2013). Entende-se como ações diretas aos negócios, às empresas, em um nível mais amplo. Isto é, às condições objetivas.

O SEBRAE seria o ponto de intersecção entre os dois tipos de políticas conforme os resultados desta pesquisa buscaram expor, uma vez que é mantido pelos repasses bilionários de recursos provenientes da arrecadação pública e age tanto no âmbito político quanto no nível individual. O principal questionamento que tem surgido, embora seja incipiente nos estudos teórico-críticos que trataram sobre empreendedorismo, é até onde os argumentos, baseados principalmente na perspectiva de Schumpeter sobre inovação, impacto no crescimento e desenvolvimento econômico, geração de emprego, se sustentam?

Carmo et al., (2021), Ferraz (2021), Ferraz e Ferraz (2021) colaboraram para demonstrar como as crises e a necessidade de reestruturação dos processos produtivos, principalmente após a década de 1970 contribuíram, entre outros, para a flexibilização da produção, a queda do Estado de bem-estar social e a implementação de políticas econômicas neoliberais.

Nesse contexto, o empreendedor surge então como o sujeito de referência à racionalidade liberal (Dardot; Laval 2016), engendrado pelo mercado, por meio da autoformação, autoeducação, autodisciplina, autonomia (Carmo et al., 2021) e favorecendo o Capital pela ideologia que tornaria os trabalhadores tais como se fossem empresas (Tavares, 2018). Inicia-se, então, um discurso pelo empreendedorismo e pelo empreendedor contra o trabalho formal assalariado como se este fosse um obstáculo para a criatividade e para a autonomia do indivíduo, mas que, na verdade, camufla o estado de precarização que se perpetua até os dias presente (Carmo et al., 2021), e que tem sido agravada.

A evolução do conceito de empreendedorismo, ou o alargamento para tantas coisas quanto sejam úteis aos interesses capitalistas, reflete as transformações sociais decorrentes das alterações nos processos produtivos, a história do empreendedorismo segue a histórias do capital, das instituições, dos costumes e foi se transformando ao longo da história e adquirindo novos significados (Carmo, et al., 2021).

Diante do exposto o objetivo geral foi realizar o enfrentamento da atuação do SEBRAE, entidade de maior destaque no Brasil no que se refere ao empreendedorismo, enquanto braço do Estado subsumido ao capital.

Material e Métodos. A execução desta pesquisa fundamenta-se no método do materialismo histórico-dialético, o qual parte da matriz teórica marxista. Buscou-se realizar uma análise imanente como dialogada por Costa (2009). O trabalho se valeu de uma análise documental de dados secundários (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009).

Sendo assim, foram coletados relatórios de atuação do SEBRAE, Ministério do Trabalho e Previdência, *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente às categorias ideologia, empreendedorismo, trabalho, inovação e crédito entre 2018 e 2021. O recorte temporal se deu em virtude da disponibilidade de dados e relatórios.

Resultados. Dentre os eixos de atuação, objetivos e programas ativos do SEBRAE e o conjunto de principais ideias e atividades difundidas pela instituição respeito da prática empreendedora (Ferraz, 2021), o eixo basilar é o de *promover ocupação e renda por meio do empreendedorismo e massa salarial real dos empregados em pequenos negócios*. Como indicador para mensurar os resultados desse objetivo o SEBRAE destaca a *ocupação em pequenos negócios*. Baseado em informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) realizada pelo governo brasileiro o SEBRAE elaborou o relatório *Panorama do Emprego nas*

*MPEs - Módulo Empregado*¹ consta que as MPEs foram responsáveis por mais de 18 milhões de empregos formais² em 2021.

Embora os resultados sejam apresentados de modo positivo, uma análise minuciosa aponta para as seguintes questões: a) mais da metade de empresas abertas no Brasil são, na realidade, Microempreendedores Individuais (gestores de si mesmos), b) em 10 anos o número de empregos gerados é basicamente o mesmo, não acompanhando o crescimento populacional, c) a força de trabalho³ em 2023 foi estimada em quase 110 milhões de pessoas, d) somente 8.1 milhões de pessoas constam como desempregadas nas estatísticas, embora formalmente cada ano feche com cerca de apenas 18 milhões de empregados, devido às mudanças metodológicas e classificações do que é estar desempregado e) assim como a quantidade de cargos, os salários e a renda dos trabalhadores não têm sido alterada significativamente.

E qual a relação de todas essas informações com o SEBRAE? Em primeiro lugar, promover ocupação por meio do empreendedorismo e das micro e pequenas empresas é um objetivo da instituição, então pode-se esquecer o conceito de emprego formal. Se a formalidade, carteira assinada e trabalhadores gozando de direitos forem considerados... Já foi visto que ao longo de 10 anos pouco mudou. É claro que não se pode cometer a injustiça de atribuir essa falta de impacto apenas ao trabalho de instituição, existe e existiu um cenário político e econômico que **não** tem favorecido à classe trabalhadora.

Conclusões. É possível perceber que assim como aconteceu com os postos de trabalho formal, a renda dos trabalhadores também não tem sido alterada de maneira significativa. Se analisados ou, cogitados apenas, outros indicadores econômicos como a inflação que acumulou consideravelmente ao longo dos últimos anos, como tem sobrevivido o trabalhador? Em que condições? Se o trabalho do SEBRAE teve ou terá a intenção de promover ocupação e renda por meio do empreendedorismo, há de se *empreender* esforços maiores.

Diante do exposto, eis a lógica destrutiva do capital e a relação inversamente proporcional entre oferta de empregos formais e o contingente de trabalhadores de fora da produção, buscando trabalho, geralmente precário, informal e flexível (Antunes, 2018; Ferraz, 2021). Eis também a razão fundamental que o Estado tenha interesse na difusão do empreendedorismo e estimule organizações para garantir a instrução necessária para o indivíduo "vencer por si mesmo" (Tavares, 2014).

Por fim, sugere-se aprofundar-se na atuação do Estado em relação ao empreendedorismo, levando em consideração a categoria Estado Empreendedor, comparar as ações do Estado Brasileiro com os Estados de países em situação econômica semelhante e buscar compreender como se diferenciam essas dinâmicas em suas respectivas realidades.

Referências

HENREKSON, M.; STENKULA, M. Entrepreneurship and public policy, IFN **Working Paper** nº 804, 2009.

SARFATI, Gilberto. Estágios de desenvolvimento econômico e políticas públicas de empreendedorismo e de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) em perspectiva

¹ Disponível em <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2023/02/Resumo-Executivo-Panorama-do-Emprego-nas-MPEs-modulo-empregado.pdf>

² Emprego formal de acordo com o relatório: corresponde ao vínculo de emprego com carteira de trabalho assinada, estatutários e militares, do setor público ou privado. São contratos de trabalho regidos pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) ou estatutos próprios.

³ Variações na ocupação da força de trabalho para o IBGE/PNAD: i) a categoria dos ocupados, sob distintas dimensões, como: formalização, posição na ocupação, distribuição setorial, rendimentos, exigências de qualificações, acesso a direitos etc.; e ii) a categoria dos desocupados, em que são abordados os fatores condicionantes do desemprego, o perfil dos indivíduos nessa condição e os problemas socioeconômicos acarretados pela desocupação. Fonte: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/13647/1/BMT_77_Analise_do_Mercado_de_Trabalho.pdf

comparada: os casos do brasil, do Canadá, do Chile, da Irlanda e da Itália. **Revista de Administração Pública**, [S.L.], v. 47, n. 1, p. 25-48, fev. 2013.

CARMO, Luana; ASSIS, Lilian; GOMES JÚNIOR, Admardo; TEIXEIRA, Marcella. O empreendedorismo como uma ideologia neoliberal. **Cadernos Ebape.Br**, [S.L.], v. 19, n. 1, p. 18-31, mar. 2021.

FERRAZ, Janaynna de M.; FERRAZ, Deise L. da S. Do espírito do capitalismo ao espírito empreendedor: a consolidação das ideias acerca da prática empreendedora numa abordagem histórico-materialista. **Cadernos Ebape.Br**, [S.L.], v. 20, n. 1, p. 105-117, jan. 2022.

FERRAZ, Janaynna. M. **Para além da prática empreendedora no capitalismo brasileiro**. São Paulo: Actual, 288 p. 2021.

DARDOT, Pierre.; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

TAVARES, L. F. **Condenados a vencer**: a atuação do SEBRAE na produção discursiva do indivíduo empreendedor de si mesmo. 2014. 156f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012